



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Optimização dos concursos para a adjudicação de obras públicas no sentido de apoiar o desenvolvimento local

Recentemente, o Governo da RAEM manifestou a intenção de otimizar o regime de concursos para a adjudicação de obras públicas, incluindo a adopção do critério de “adjudicação pelo preço mais razoável”, em substituição do critério de “preço mais baixo”, bem como a definição de uma proporção para a participação de locais, medidas estas que devem contribuir para melhorar a situação do sector. Para promover o desenvolvimento sustentável do sector, propõe-se que se tome como referência o “Regime para a Sistematização do Processo de Consulta das Empreitadas de Obras Públicas”, no sentido de criar um mecanismo de subempreitada por categorias, de acordo com a envergadura das obras públicas e as respectivas concessões, para que as empresas de engenharia locais, de diferentes dimensões, também tenham oportunidades de desenvolvimento.

Nos últimos anos, tem-se recorrido à dispensa de concurso público e à consulta a determinadas empresas para a adjudicação de algumas obras públicas. É verdade que, para as obras públicas com valor inferior a cem milhões de patacas, são convidadas empresas locais para a consulta, mas, devido à sua dimensão limitada, estas continuam a ter dificuldades em competir com as grandes empresas do exterior. Apesar de, no passado, alguns concursos exigirem, expressamente, a participação de empresas locais e a respectiva percentagem mínima, ou permitirem a participação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

destas com empresas do exterior, em forma de consórcio, com vista a elevar a probabilidade de adjudicação e, deste modo, aumentar as oportunidades da sua participação em obras de grande envergadura, com o actual modelo de consulta e a forma de consórcio, o espaço de participação das pequenas e médias empresas locais continua a ser obviamente limitado.

A adjudicação das obras públicas deve ser sujeita, em princípio, a concurso público, salvo em casos especiais. Quando é dispensado o concurso público ou se recorre ao modelo de consulta, o Governo deve tomar a iniciativa de revelar os fundamentos da decisão e as considerações concretas, para dissipar as dúvidas do público. Ao mesmo tempo, deve ser criado um plano sistemático de apoio ao sector da engenharia local, incluindo o mecanismo de subempreitada por categorias, a certificação técnica, o plano de formação profissional e o mecanismo de acumulação de experiências, por forma a elevar, gradualmente, a capacidade técnica e o nível de gestão de projectos das empresas locais.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. No que diz respeito ao actual mecanismo de apoio às pequenas e médias empresas, devido à sua dimensão, estas dificilmente conseguem competir com as empresas do exterior e, mesmo que recorram à forma de consórcio para participarem em grandes obras, continuam a ter um espaço de desenvolvimento obviamente limitado. O Governo vai tomar como referência o mecanismo de subempreitada por categorias, definindo um tipo de concurso exclusivo para as empresas locais, quando se trata de obras de determinada dimensão? Ao mesmo tempo, como é que se pode garantir a participação efectiva das pequenas e médias empresas locais na gestão



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

técnica dos projectos conjuntos, em vez de ser meramente uma participação nominal?

2. Desde a criação do “Regime para a Sistematização do Processo de Consulta das Empreitadas de Obras Públicas”, em 2009, até à presente data, quais foram os resultados alcançados? Uma vez que o Governo pretende aperfeiçoar o regime de concursos para a adjudicação de obras públicas, vai estar envolvido também aquele regime?

3. O Governo pretende definir uma proporção de trabalhadores locais para as obras públicas, no entanto, as obras envolvem sempre vários subempreiteiros. Assim sendo, de que mecanismos dispõe o Governo para assegurar que o empreiteiro geral cumpre, no processo de subempreitada das obras, essa proporção?

06 de Junho de 2025

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong Sun lok**